

Simples questão de estratégia

Divida Externa
Barbosa Lima Sobrinho

Noticiaram os jornais que o sr. Fernão Bracher, encarregado das negociações finais em torno da dívida externa brasileira, chegara a uma janela e fizera um sinal, com o punho cerrado, aos jornalistas presentes, à espera de informações completas. Não sabemos se, no punho, o polegar estava para baixo ou para cima. Já nos circos romanos, os gladiadores vitoriosos em pejeias difíceis prosternavam-se diante do César presente, à espera do sinal de que passava a depender a sua própria vida. Polegar para cima era indicação de vida; para baixo valia como condenação à morte. E mesmo assim, os que iam morrer não esqueciam uma atitude final de submissão e obediência: *Ave Caesar, morituri te salutant*.

Não sabemos se o polegar do delegado brasileiro traduzia uma impressão final, que tanto podia ser a indicação de que estavam terminadas as negociações, dando a todos o direito de regresso ao Brasil, ou apenas registrava as concessões arrancadas aos nossos negociadores. A começar pela supressão da moratória. O reinício do pagamento das prestações, mesmo como ato simbólico, não deixa de valer como recuo, na orientação política até então adotada. Confesso que nunca dei importância à acusação de caloteiro, ao recordar o exemplo de tantos países que tiveram ocasião de recorrer à supressão dos pagamentos, inclusive os Estados da América do Norte, no século passado. Também não posso esquecer que se trata de empréstimos mais oferecidos do que procurados, num momento em que prevalecia o interesse dos banqueiros, com os cofres abarrotados de petrodólares, que precisavam de emprego urgente, para encontrar quem se responsabilizasse pelo pagamento dos dividendos devidos ao dinheiro depositado pelos árabes. Nem podia saber o que significava realmente a retomada dos pagamentos, para tantos países que não estão em condições de fazê-lo.

Culpa exclusiva dos devedores, essa inadimplência generalizada? Em parte, sim. Mas também culpa dos credores. A alta do preço do barril de petróleo enchera de dólares árabes as caixas-fortes dos banqueiros. Sentiam a necessidade urgente de transferir o pagamento dos dividendos. E não podiam ignorar a situação financeira dos países que se colocavam na fila dos tomadores de empréstimos. Não faço aos banqueiros a injúria de supor que não passam de uma súcia de paspalhões. Não posso acreditar que tivessem a esperança da remuneração devida ao dinheiro emprestado, até pela certeza de que faltariam divisas aos devedores, nos saldos de seu comércio internacional. Eram, pois, empréstimos realizados mais no interesse dos credores do que dos próprios devedores, e que poderiam servir de amparo a aventuras de todos os tipos, como a construção de usinas nucleares ou de ferrovias do aço. Dinheiro, pois, para ser esbanjado, como gorjetas a quem lhes fizesse o favor de

tomarem a seu cargo a remuneração dos petrodólares. Mas, no fundo, empréstimos feitos a países que não teriam nunca a condição de resgatá-los, como os próprios banqueiros não poderiam ignorar, donos de todos os dados necessários e, muitas vezes, com agências instaladas nas melhores praças do mundo subdesenvolvido.

Que pena me dão agora esses devedores, que vão aparecendo de um em um, perante banqueiros unidos e coesos! Os devedores constrangidos e humilhados, ouvindo palavras iradas de seus cobradores. Quando seria tão fácil, se houvesse determinação nesse sentido, reunir todos os devedores num cartel que pudesse defender os interesses comuns a todos eles.

Nem há necessidade de recorrer aos argumentos do *self-help* ou do *mutual help*, com que se estrutura o cooperativismo, muito menos ao exemplo dos feixes de varas com que se fazia a campanha dos tecelões de Rochdale. Bastaria pensar na página de um escritor clássico, que era o historiador Tito Lívio. Lá está o episódio dos Horácios e Curiácios, que os governantes de Alba e de Roma haviam escolhido para defender os interesses de duas pátrias, que se sentiam sob a ameaça de uma poderosa Etrúria. Nada mais do que um duelo de campeões, para evitar uma guerra difícil entre dois vizinhos desentendidos. No combate, morreram logo dois dos defensores de Roma. E o terceiro pôs-se a correr acompanhado pelo três Curiácios que iam se distanciando uns dos outros. Por isso o romano enfrentou e matou o primeiro que se aproximara. O segundo Curiácio não teve melhor destino. Restava o último dos defensores de Alba, profundamente intimidado com a sorte e o destino de seus dois companheiros. Nem se teve a impressão de um combate, mas de uma simples execução, a cargo do último Horácio vitorioso. *Nec illud praelium fuit*, informa Tito Lívio, no registro do triunfo dos romanos.

Não sei, diante desses exemplos, como os países devedores do Terceiro Mundo querem enfrentar, separados e divididos, os poderosos banqueiros das nações industriais. Como não me parece que a decisão deve caber a delegados das nações devedoras, mas aos seus próprios governos, na defesa dos povos que não podem ser condenados à fome e à miséria, numa atitude que Tancredo Neves e o presidente José Sarney souberam condenar com veemência. Se querem obter alguma coisa, não demorem na organização de um cartel de devedores, substituindo compromissos, acima de suas forças, pela reivindicação de uma espécie de concordata preventiva, que leve em consideração as suas reais condições de pagamento. Não há nada mais aviltante do que subscrever cartas de intenções que não podem ser cumpridas. Já estamos em tempo de reunir os devedores, para o confronto com banqueiros que permanecem unidos e solidários. Não será o caso de recorrer ao historiador romano e ao episódio clássico do confronto entre os Horácios e os Curiácios, para demonstração dos riscos que estão correndo os que têm interesses comuns a defender?

15 NOV 51

JORNAL DO BRASIL